



# Anais da Assembleia

N.º 79

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 1977

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 117ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 1977

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Renato Bernardi e Rosário Pitelli.

às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, Ivan Rüppel, Antônio Facci, Dácio Leonei, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Gabriel Manoel, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Rosário Pitelli e Wener Wanderer (27); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Jurandir Messias, José Domingos Scarpelini, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Ezequias Losso Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Paulo Camargo, Valter Pietrângelo e Wilson Fortes (27).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para lembrar a V. Exa. que existe o Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência conhece a existência do Regimento Interno, nobre Deputado.

O SR. ENÉAS FARIA — Desejo então, Sr. Presidente, que V. Exa. faça valer a Resolução no. 11/64, apenas e tão somente isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) V. Exa. se recorda o que estatui a Resolução no. 11/64?

V. Exa. interpela a Mesa, para que faça prevalecer o que estatui a citada Resolução?

O SR. ENÉAS FARIA — Sim, Sr. Presidente, eis que a Mesa, de ofício, deve fazer constar o cumprimento desta Resolução.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência sente-se no dever de solicitar ao nobre Deputado Enéas Faria, que repita, por favor, qual a Resolução invocada por V. Exa.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, é a Resolução no. 11/64.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência informa ao nobre Deputado Enéas Faria, que está de posse de um Regimento Interno consolidado, publicado em 1960, e indaga se seria exigir muito de S. Exa. o Sr. Deputado, que fizesse menção ao que estatui a Resolução 11/64.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, a abertura da sessão só será possível com a presença de, no mínimo, 1/3 dos Srs. Deputados.

É lamentável e constrangedor que, a cada dia, este ou aquele Deputado tenha que constranger também a Mesa a proceder aquilo que lhe cabe por dever.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência sente-se no dever de esclarecer a sua posição diante da Questão de Ordem levantada pelo Deputado Enéas Faria.

A Presidência instala os trabalhos, na presunção da existência do número de Srs. Deputados, no prédio, com presenças dadas pela Portaria. Esta é a presunção.

Todavia, a Presidência, sempre que qualquer dos Srs. Deputados requerer, em Questão de Ordem, chamada nominal para constatação de quorum, a Presidência atenderá, como atendeu no passado e atenderá no futuro.

S. Exa. o Sr. Deputado Enéas Faria, solicita a constatação de quorum para abertura dos trabalhos. Assim sendo, a Mesa solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para a constatação de quorum.

(Soam os tímpanos).

O SR. GABRIEL MANOEL — ((Pela ordem) Tão somente, Sr. Presidente, para que V. Exa. fizesse soar os tímpanos, o que V. Exa. acaba de fazer.

Obrigado.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) 25 Srs. Deputados responderam a chamada. Há quorum para o prosseguimento da sessão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 27 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 36/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem no. 04/77, ex-Proposição no. 165/77 - aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná e o Município de ALTO PIQUIRI, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Em regime de urgência. —

A Presidência, louvando-se no Regimento Interno, solicita ao Sr. 1.º Secretário, que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de quorum regimental para deliberação.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Presentes 27 Srs. Deputados. Não há quorum para deliberação. A Presidência não solicita, requer e exige do Sr. 1.º Secretário que conste a presença dos Srs. Deputados que responderam à chamada.

Tão somente para os que responderam a chamada, evitando-se, portanto, a repetição de fatos desta natureza, nas próximas sessões.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — ((Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao eminente Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sem nenhum desapeço ao que V. Exa. acaba de declarar, parece que são 28 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência conferirá a presença do eminente Deputado Alfredo Gulin.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO 1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 36/77.

Levanta-se a Sessão.

**3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 118ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 1977**

Presidência do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Quielse Crisóstomo e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Erondy Silvério, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Jurandir Messias, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Edilson Alencar, Gabriel Sampaio, Hélio Manfrinato e Jayme Rodrigues Carvalho. (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados para constatação de quorum.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados) Sr. Presidente, estão presentes 34 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Há quorum regimental para prosseguimento da sessão.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

**MENSAGENS:**

Mensagem 73/77

Curitiba, 16 de junho de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 27 de abril de 1977, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA, objetivando a realização do I SIMPÓSIO SOBRE METODOLOGIAS DE PREVISÃO E CLASSIFICAÇÃO DE RECEITAS, com a finalidade de colher subsídios para a melhoria da previsão de receitas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado.

**— À Comissão de Constituição e Justiça.**

Mensagem 74/77

Curitiba, 16 de junho de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo ao Convênio celebrado em 10 de dezembro de 1976, entre o Governo do Estado, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF, objetivando dar nova redação ao Parágrafo Primeiro da Cláusula Quarta do convênio original.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JUNIOR

Governador do Estado

**— À Comissão de Constituição e Justiça.**

**REQUERIMENTOS:**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário da Casa, **DISPENSA DE PUBLICAÇÃO DA REDAÇÃO FINAL**, dos seguintes projetos:

Projeto de Lei número 33/77;

Projetos de Resolução números 18, 20, 22, 24, 26, 30, 31, 34, 35, 48, 51, 53, 55, 57, 58, 60, 62, 70, 72, 76, 77, 78 e 81/77.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário da Casa, regime de urgência aos seguintes Projetos de Resolução: 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 200, 201, 208, 209, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228 e 229/77.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos, de voto de pesar pelo falecimento do Sr. PEDRO CICHON, ocorrido na data de hoje, de tradicional família de Araucária.

Outrossim, requer aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, Rua Lobato, 41, Araucária.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine seja realizado o revestimento em asfalto de baixo custo na estrada velha que liga Curitiba a Bocaiuva do Sul, no trecho do Atuba, logo após a divisa de Curitiba a Colombo, até encontrar a estrada asfaltada que vai a Bocaiuva do Sul, ligando com São Paulo, cujo trecho já tem base sólida para receber o revestimento.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1977.

(a) ALFREDO GULIN

#### JUSTIFICATIVA:

É de grande importância o revestimento do trecho acima mencionado, pois dará oportunidade a todos os veículos que vêm pela BR-116, com destino a Bocaiuva do Sul, ou qualquer outra localidade da região, de passarem pela referida estrada, sem vir até o trevo do Atuba para isso.

Atenderá também, uma numerosa população que habita naquela região, e que se servem de ônibus que circulam por aquela via, que se encontra em precárias condições de tráfego, e note-se, que circulam em ambos os sentidos e com elevada frequência.

Assim sendo, dada a importância de tal revestimento, solicitamos aos ilustres Pares o devido apoio e aprovação do presente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, se oficie ao Sr. Camilo Calazans, Presidente do Instituto Brasileiro do Café (IBC), encarecendo providências imediatas para o pagamento das gratificações semestrais aos servidores do IBC. Ao chegarmos ao 20.º dia do mês de junho, prazo máximo de pagamento das gratificações desde 1953, quando foram instituídas e incorporadas aos vencimentos e salários dos funcionários e servidores regidos pela CLT, se esgota o prazo habitual, deixando a todos os funcionários apreensões justificáveis pelo atraso, e que o pagamento pronto repararia.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI.

#### JUSTIFICATIVA:

O pagamento desde 1953, de duas gratificações semestrais, em junho e dezembro, iguais cada uma ao total dos vencimentos ou salários mais quinquênios, chefias, etc., torna essas parcelas incorporadas aos direitos dos servidores em geral.

E como se trata de pagamentos de vencimentos ou salários, é injustificável o atraso, para cuja reparação se pedem providências através o presente requerimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Jayme Canet Junior, DD. Governador do Estado do Paraná, fazendo apelo de que seja instalada na cidade de Francisco Beltrão a circunscrição de trânsito que atenderá vasta área da Região Sudoeste.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1977.

(a) DENI SCHWARTZ

#### JUSTIFICATIVA:

1. O crescimento econômico da região está a exigir a instalação de tal repartição;

2. A Circunscrição em questão já foi criada, faltando apenas a sua instalação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa., que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Reinhold Stephanes, DD. Presidente do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), no sentido de que seja providenciada a assistência médico-hospitalar aos associados do INPS, na cidade de Teixeira Soares, tendo em vista as dificuldades que atualmente se verificam para serem atendidos em outros centros, mormente aqueles que não dispõem de recursos para se locomover e outras

despesas, sem levar em conta os transtornos que isso representa, principalmente quando o atendimento não é feito no mesmo dia.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1977.

(a) LINEU TURRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja ofício ao Sr. Secretário dos Transportes, solicitando estudos visando a possibilidade de ligação no trevo da BR-153 e PR-466, ligação esta para acesso à cidade de General Carneiro, Paraná.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1977.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o referido requerimento na publicação de Edital de Concorrência Internacional número 03-2/77 - C.E.C., sob Aviso número 128/77.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A igualdade de todos perante a lei é um primado que exige simultaneidade.

Todos devem ser iguais perante a lei, num mesmo e determinado tempo.

Portanto, estender os efeitos de uma regra para alguns, deixando outros ao desabrigo dos seus benefícios, contraria um primado básico de justiça.

A referência tem por objetivo fazer entender o apelo que dirigimos a seguir ao Poder Executivo, para que urgencie a instituição da contagem recíproca de tempo de serviço em favor dos servidores do Estado, nos moldes vigentes para o funcionalismo federal e já adotada em vários outros Estados.

Trata-se de contar, para efeito de aposentadoria, o tempo de contribuição a instituições previdenciárias. Nada mais coerente e justo, visto que se premia com inatividade remunerada aquele cidadão que já cumpriu sua quota de trabalho em favor da coletividade, seja no serviço público ou na empresa privada. Era formalista — e assim entendeu o governo federal — a determinação de que a aposentadoria fosse subordinada a contribuições estanques, sem atentar para a essência do instituto, que deve amparar a contribuição de trabalho de uma vida humana, não a contribuição burocrática de descontos financeiros.

Fomos informados que S. Exa. o Sr. Governador, em contatos informais com representantes da Associação dos Servidores Públicos do Estado, prometeu enviar com brevidade a mensagem propondo a implantação da contagem recíproca em favor do funcionalismo paranaense. Mantive então a entidade inúmeros contatos com a Secretaria de Recursos Humanos, sem receber a concretização do prometido, sob pretexto de que havia dependência de entendimentos finais com o INPS para se estabelecer convênio.

Ora, sabemos que se encontra à presidência do INPS, o paranaense Reinhold Stephanes. Se outros Estados da Federação já instituíram a contagem recíproca, porque deveria um dedicado paranaense retardar o benefício em seu Estado?

Não acho válida a alegação da Secretaria dos Recursos Humanos, que atribui ao INPS culpa de retardamento.

Enquanto isso, centenas, talvez milhares de servidores do Estado que antes de ingressar no serviço público haviam exercido atividades no setor privado têm retardado o direito de gozar o descanso merecido por uma vida de trabalhos.

Isto exposto, o Deputado que ao final subscreve, requer seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, um apelo oficial desta Casa, no sentido de que determine urgência à Secretaria dos Recursos Humanos na elaboração da mensagem institutiva da contagem recíproca de tempo de serviço, empe-

nhando-se em cumprir com celeridade sua obrigação de manter os alegados entendimentos com o INPS.

Requer, ainda, conste do expediente a ser encaminhado a Sua Excelência, o inteiro teor do presente requerimento, para que entenda a justificativa que o motivou, bem assim o relevante daquilo que se propõe atingir. Justiça para o servidor estadual.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### PROJETO DE LEI:

##### PROJETO DE LEI NÚMERO 82/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "Beneficência Japonesa de Londrina", com sede e foro naquela cidade.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1977.

(a) DEL CIEL

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços à comunidade de Londrina, merecendo o reconhecimento público daquela municipalidade, através da Lei Municipal número 1371, de 17/09/68.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Com isso apresentamos o presente plano de lei, que temos a certeza contará com a aprovação dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a satisfação de convidar os Srs. Deputados, os Srs. Funcionários, Srs. Jornalistas, para a Missa de Comunhão Pascal que será celebrada na Capela deste Poder, no térreo do Plenário, às 16,30 horas.

Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "O Estado do Paraná poderá economizar seis milhões de cruzeiros, se a estrada entre Leônidas Marques e Cascavel for traçada via Santa Tereza.

Explico aos Senhores:

Há questão de um mês tive a satisfação de receber uma delegação do Distrito de Santa Tereza, próspero núcleo situado junto à BR-277, no município de Cascavel. Santa Tereza está situada nos limites do Parque Nacional do Iguaçu, mas já em terras abertas ao domínio particular.

A delegação, representativa das áreas mais ilustres daquela próspera comunidade, veio pedir que o Governo elabore um traçado da rodovia projetada entre Leônidas Marques e Cascavel para desembocar na BR-277, junto à sede daquele patrimônio.

Acompanhei a Comissão ao Sr. Governador Jayme Canet Júnior e outras autoridades, como INCRA, IBDF e tais.

Saindo por Santa Tereza a rodovia será encurtada na distância de 6 quilômetros, o que representará uma economia de 6 milhões de cruzeiros para a Secretaria dos Transportes, de vez que aquela rota será revestida por pavimento asfáltico, sabidamente muito caro.

O eminente Governador Jayme Canet, ao saber que o traçado proposto resultaria em economia para o Estado, imediatamente apoiou a solicitação trazida pela liderança de Santa Tereza.

Agora, o assunto está em vias de solução junto às autoridades federais, a quem cumpre autorizar o traçado em função da limitação da área com o Parque Nacional. As insistências da

laboriosa população de Santa Tereza são no sentido de que o problema seja brevemente resolvido, definindo-se o traçado da estrada Leônidas Marques a Cascavel, via Santa Tereza. Para que aquela comunidade progressista possa continuar fomentando o seu desenvolvimento agrícola, comercial e industrial. E a ligação com seu "interland", ampliará sua produção de cereais e grãos necessários ao mercado interno e à exportação, além de incentivar a freqüência às suas escolas, e alunos das localidades vizinhas, que sem essa ligação, se deslocarão direto até Cascavel, o que seria lamentável, uma vez que Santa Tereza conta com ensino de primeiro e segundo graus.

Assim sendo, para que possa consolidar seu firme ritmo de progresso, estamos seguros de que a nova rodovia sairá por Santa Tereza e redundará em economia para o Estado e reconhecimento à ativa população de Santa Tereza.

Muito obrigado."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ante um regime, indiscutivelmente forte, como nós vivemos, para um parlamentar da Oposição, depois de lutar quase 3 anos, chegar a conquistar uma estrada, é motivo de euforia, mormente uma estrada de integração Sudoeste-Oeste, a qual, apesar de todos os entraves, estaria sendo, hoje, anunciada pelo Deputado Alfredo Gulin. Só que com uma anomalia, como haveria de ser lógico.

O Vice-Prefeito de Cascavel, homem que nós conhecemos, pelo menos, há 15 anos, foi Vereador na cidade, hoje um dos maiores empresários locais do transporte coletivo, Assis Guracz, está sendo acusado, em Cascavel, de buscar o desvio da estrada que liga Cascavel à Capitão Leônidas Marques, que pretende ser asfaltada pelo Governo do Estado.

Aliás, faço uma lembrança — um dos primeiros projetos que nós encaminhamos à apreciação desta Assembléia e que teve o laivo de inconstitucional, e cujos preceitos contrariam, no meu entender, a forma plena do regime democrático.

E por esta razão, descurando deste pensamento hodierno de uma Constituição que não existe, porque está a mercê de um Ato Institucional excepcional, mesmo assim esse projeto foi aprovado, porém vetado pelo Governo.

Posteriormente, o Diretório da ARENA de Cascavel aproveitando a nossa idéia (como estão aproveitando, felizmente, na administração municipal de Cascavel muitas idéias que nós formulamos na campanha política) lançou mãos dos subsídios que nós levantamos e endereçou ofício ao Sr. Governador, reborando o nosso projeto.

Hoje, estamos contando com a colaboração do eminente Deputado aqui presente e que representa também Capitão Leônidas Marques, Luiz Alberto de Oliveira, que tem dado todo o apoio a este projeto, mas em 1976 reformulamos o projeto e foi aprovado há poucos dias neste plenário nesta Terceira Sessão Legislativa.

Agora, vem o Sr. Vice-Prefeito de Cascavel, que segundo o jornal "Hoje", de Cascavel, busca desviar o traçado da estrada o qual pretende já há mais de um ano desviar da localidade de Santa Tereza que está a vinte quilômetros da sede do município de Cascavel. Fato inconcebível para qualquer administrador, por mais incauto que ele possa ser.

É lamentável que mentalidades como esta venham a nortear os destinos de município do progresso como Cascavel e Leônidas Marques, trazendo prejuízo eventual a uma comunidade de cinco mil pessoas agrupadas nessa localidade que se chama Santa Tereza.

E é realmente lamentável que a Secretaria de Transportes, dê ouvidos a essa esdrúxula proposição de desviar uma comunidade como aquela, que Santa Tereza é só do nome realmente, porque até hoje pouco tem reivindicado, a não ser um Posto de

Saúde que está lá parado, sem funcionamento.

E é com este objetivo que eu quero louvar a atitude daquela Comissão que nos procurou e lamentavelmente não estávamos aqui na Assembléia porque nos encontrávamos em viagem pela região e, o Deputado Gulin fez o assessoramento.

Mas o que é mais lamentável, Srs. Deputados, há um mapa que foi adulterado para possibilitar a confusão e o desvio desta estrada, pretendendo que Santa Teresa esteja incrustada no Parque Nacional do Iguaçu, polêmica que já temos tido aqui há muitos anos. E a nossa posição tem sido intransigente com referência a esta estrada e não aceitando aquele traçado alternativo, ligando Medianeira a Capanema, que também precisa ser solucionado.

O mais pernicioso é que se coloca num mapa um rio que se chama Gonçalves Dias e vejam bem os Senhores, atentando para o nome de Gonçalves Dias, pretendem que um rio afluente do Gonçalves Dias, lhe roube o nome para formar a confusão. Isto porque o divisor do Parque Nacional com as terras hoje escrituradas, é que leva este nome, o qual pretendem deslocar, falseando no mapa o nome verdadeiro deste afluente para Gonçalves Dias, com o que Santa Teresa ficaria dentro do Parque Nacional do Iguaçu. Isto, segundo o jornal e segundo comentários em Cascavel. Porque difícil é crer que as autoridades tenham que recorrer ao INCRA, tenham que recorrer ao IBDF, tenham que recorrer aos escalões federais para solucionar um problema que é do Governo do Estado.

Penso, terminando, Sr. Presidente, que a matéria é vencida até por força dos fatos, porque há vinte anos quando o meu já ancião pai abriu aquela estrada de Santa Teresa a facão, e naquela época já não existia dúvida que o Gonçalves Dias não era aquele afluente. E eu ainda quando criança que viu as primeiras casas de Santa Teresa a se despontar, aquela população a esperar uma ligação com Capitão Leônidas Marques. E hoje, depois de 22 anos que é possível se conseguir esta aspiração, vêm as autoridades colocar dúvida num fato insustentável, que é o deslocamento do Parque Nacional.

É consternador e constrangedor este raciocínio, e espero, que o bom senso e a racionalidade impere sobre todos os pontos de decisão do Governo do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, inscrito.

O SR. ERNESTO DAL'OGLIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Apenas, para encaminhar dois requerimentos: (Lê):  
"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Instituto de Previdência do Estado, solicitando que sejam credenciados médicos e hospitais em Medianeira, para o atendimento dos servidores estaduais ali lotados.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1977."

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, se envie mensagem aos Ministros da Fazenda, do Planejamento e da Indústria e Comércio, encarecendo a urgente necessidade de acabar com o "sistema de saldo médio" para a concessão de empréstimos e operações bancárias, conforme aspiração das classes econômicas do Paraná e de suas entidades de classe.

A fiscalização das operações bancárias e suas condições tem sido reiteradamente solícita pelas classes produtoras, mas neste período de grandes restrições monetárias voltam suas entidades de classe a solicitar vigorosas providências para acabar-se com os juros e taxas de usura que incidem sobre parcelas empréstimos e descontos que permanecem em conta para fazer "saldo médio".

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1977.

## JUSTIFICATIVA:

As classes produtoras vêm alertando o governo para o esquema de financiamentos, empréstimos e descontos utilizados pelas Organizações Financeiras e que exigem a formação e reposição de dinheiro em conta para "fazer saldo médio".

Trata-se de uma manobra que vem gravando as operações financeiras, particularmente as bancárias, e disfarçam juros e taxas acima do permitido por leis e normas específicas.

Já se tem firmado ponto-de-vista absolutamente correto, de que quem tem "saldo médio alto" não precisa de empréstimo, e quem tem excedente de duplicatas para desconto não precisa descontar tudo. Entretanto, com a exigência bancária de até 1/3 de operações ficar retido em conta, embora sobre o total incidem juros e taxas no prazo, há um evidente abuso na cobrança de juros e taxas no demonstrativo da existência total do empréstimo ou desconto.

As classes econômicas voltam a clamar contra esse sistema, particularmente agravante nesse período de contenção de crédito. Não pode o governo querer que a fiscalização bancária seja feita pelos tomadores de empréstimos e descontos uma vez que estão inteiramente dependentes dos agentes financeiros e do crédito credenciados pelo próprio governo".

É urgente a necessidade de uma medida saneadora no setor".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Senhores Deputados.

(Lendo): "A cada dia temos novas medidas editadas pelo governo, com o objetivo de combater, com remédios drásticos a inflação e impedir a recessão que está às portas da sociedade brasileira. Em apenas três anos passamos de realizadores e exportadores de um modelo econômico-político-social chamado "Milagre Brasileiro", a nação devedora encolhida e assustada perante seus credores internacionais.

Os representantes brasileiros nos organismos internacionais já não falam para atentos e curiosos expectadores. Falam para enfiados ouvintes.

Há uma mudança muito grande em nosso comportamento no grande forum das nações. Hoje, temos que ser pacientes e humildes. Temos que conquistar a credibilidade, com medidas de racionalidade e bom-senso. Com a humildade de nação subdesenvolvida que não mais pode afirmar que chegaremos ao século XXI como grande potência.

Quais serão os responsáveis por essa situação? Quem são os responsáveis por essa "reversão de expectativas", que nos retira a condição de primeiro plano e nos joga para o discreto limbo dos países imaturos e em grandes dificuldades para crescer e desenvolver-se?

Se, de um lado, não podemos afirmar que seja o atual governo inteiramente responsável pela situação a que estamos chegando; de outro lado, não podemos deixar de apontar as preciosas responsabilidades do atual governo e sua equipe.

Senhores Deputados:

Ao assumir o atual governo, toda a nação estava esperando que uma devassa apontasse os desmandos cometidos pelos homens do governo anterior: no setor político, no setor econômico e no setor cultural. Mas o governo assim não entendeu e hoje temos duas das grandes figuras do governo anterior com a projeção que lhes dá a aura de candidatos ao governo da Guanabara e de São Paulo: o Sr. Mário Andreazza e Antônio Delfim Neto. Isto para citar apenas dois, porque poderíamos anumerar políticos como o Sr. Haroldo Leon Peres, que demonstraram o que podem produzir os métodos e os interesses antipopulares; e o pior, sem juros nem correção monetária ou moral.

Temos um elenco de medidas tomadas na área econômica que depredaram as finanças do País, que levaram as classes

empresariais ao desespero da especulação e do aventureirismo para se porem em consonância com os lucros-do-dia, com o modelo manipulado especialmente pelo setor político e pelo econômico.

O atual governo assumiu o passivo e é, portanto, inteiramente responsável por tudo o que se fez no país em nome do desenvolvimento com segurança, em nome da projeção para o futuro, em nome da respeitabilidade nacional, em nome da harmonia entre as classes sociais.

A conjuntura estava mudando, mas a febre de lucros e iniciativas do modelo decidiu ir até o fim com as experiências da especulação e da incompetência, com o modelo da repressão social e política, com o modelo da educação e da cultura. Novas armadilhas e tramas foram montadas para tirar proveito político e econômico. Reformas, atos, normas e regulamentos arroxaram ainda mais a vida política, econômica e cultural dos brasileiros. O governo decidiu transformar, inteiramente, as oposições em títeres para suas manobras de fim-de-festa.

E agora estamos assistindo aos desatinos do super-ministro a baixar atos e regulamentos para disciplinar a vida dos brasileiros, a pretexto de combater a inflação. Inflação alimentada por interesses estranhos e por medidas do próprio governo. O povo não participou de nenhuma dessas medidas inflacionárias: o povo não especulou, não apostou na inflação, não concedeu recursos ilícitos para nenhuma financeira, nem para amigos ou parentes.

O agricultor que trabalha não especulou com a inflação. O trabalhador do campo não alimentou a inflação, senão quando o próprio governo o levou a isso, através de estímulos enganosos.

O estudante não alimentou a inflação, pelo menos conscientemente. Grande parte deles não trabalha a não ser no próprio serviço público, e não sabem da inflação: sabem sim da educação ruínosa que lhe oferecem. Educação que faz corar de vergonha todos aqueles que tiveram formação regular no passado, ou que desta se recuperaram no exercício das profissões.

O operário não é culpado da inflação. Ele foi vítima o tempo todo: tiraram-lhe a estabilidade, tiraram-lhe o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; tiraram-lhe PIS e PASEP e tantas outras coisas, para lhe darem o silêncio dos bichos no trabalho, sem direitos, sem voz e com voto castrado.

O empresariado pequeno e médio foi conduzido pelos ventos enganosos do governo para onde este dizia que havia dinheiro. Foi burocratizado, escriturado, fiscalizado e reduzido a um dependente do governo. Dependente da fiscalização, da tributação e preços das matérias primas, dos créditos e dos favores políticos. E vítima do grande polvo financeiro que o governo alimentou com juros e taxas extorsivos. Agora clama desesperadamente contra a usura do saldo médio.

Clama contra as instituições financeiras que fazem a usura; oferecendo empréstimos que não podem ser movimentados para "fazer saldo médio" e sobre os quais incidem juros e taxas.

E este governo continua a discutir o direito de herança, a sucessão dos pares, como se navegasse nas águas plácidas dos seus sonhos de grandeza.

O País está, paradoxalmente, com um governo forte, agressivo, cassador; ao mesmo tempo, o povo brasileiro não sente a presença do governo encontrando soluções justas e oportunas para os grandes males da nação.

Quando todos se desesperam das soluções, sinal de que todos pensam que é hora de mudar".

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Erondy Silvério, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "A igualdade de todos perante a lei é um primado que exige simultaneidade.

Todos devem ser iguais perante a lei, num mesmo e determinado tempo.

Portanto, estender os efeitos de uma regra para alguns deixando outros ao desabrigo dos seus benefícios, contraria um primado básico de justiça.

A referência tem por objetivo fazer estender o apelo que dirigimos a seguir ao Poder Executivo, para que urgencie a instituição da contagem recíproca de tempo de serviço em favor dos servidores do Estado, nos moldes vigentes para o funcionalismo federal e já adotado em vários outros Estados. E não sei porque ainda não foi feito pelo Paraná. Trata-se de contar, para efeito de aposentadoria, o tempo de contribuição a instituições previdenciárias. Nada mais coerente e justo, visto que se premia com inatividade remunerada aquele cidadão que já cumpriu sua quota de trabalho em favor da coletividade, seja no serviço público ou na empresa privada. Era formalista — e assim entendeu o governo federal — a determinação de que a aposentadoria fosse subordinada a contribuições estanques, sem atentar para a essência do instituto, que deve amparar a contribuição de trabalho de toda uma vida humana, não a contribuição burocrática de descontos financeiros.

Fomos informados que Sua Excelência, o Senhor Governador, em contatos informais com representantes da Associação dos Servidores Públicos do Estado, prometeu enviar com brevidade a mensagem propondo a implantação da contagem recíproca em favor do funcionalismo paranaense. Manteve então a entidade inúmeros contatos com a Secretaria de Recursos Humanos, sem receber a concretização do prometido, sob pretexto de que havia dependência de entendimentos finais com o INPS para se estabelecer convênio.

Ora, sabemos que se encontra à presidência do INPS o paranaense Reinhold Stephanes.

Se outros Estados da Federação já instituíram a contagem recíproca, eu pergunto: por que deveria um dedicado paranaense, como é o Sr. Reinhold Stephanes, retardar o benefício em seu Estado?

Porisso, não acho válida, de forma nenhuma, a alegação da Secretaria dos Recursos Humanos, que atribui ao INPS culpa pelo retardamento.

Enquanto isso, centenas, talvez milhares de servidores do Estado, que antes de ingressar no serviço público, haviam exercido atividades no setor privado, têm retardado o direito de gozar o descanso merecido por uma vida de trabalhos.

Isto exposto, o Deputado que ao final subscreve, requer seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, um apelo oficial deste Poder, no sentido de que determine urgência à Secretaria dos Recursos Humanos na elaboração da Mensagem institutiva da contagem recíproca de tempo de serviço, empenhando-se em cumprir com celeridade sua obrigação de manter os alegados entendimentos com o INPS.

Requer, ainda, conste do expediente a ser encaminhado a Sua Excelência o inteiro teor do presente requerimento, bem como ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos e também ao Sr. Presidente da Previdência Social, o paranaense Reinhold Stephanes".

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como o segundo Deputado votado no município de Ubatã, não poderia deixar de atender um pedido a mim feito, principalmente na atual circunstância em que o meu rival político naquele município, mas companheiro e amigo Deputado, Francisco Escorsin, estando em convalescença, não pode aqui comparecer para fazer a defesa de seu Prefeito. Dada a maneira como disputamos as eleições em Ubatã, no maior respeito e preservação da amizade, venho hoje, atendendo o contido no expediente encaminhado pelo Prefeito Thomaz Izidro de Lima,



que passo a ler:

"Senhor Deputado:

Na ausência do representante político de Ubitatã, Deputado Francisco Escorsin, através do presente, solicito a Vossa Excelência o obséquio de, em meu nome, revidar as acusações injustas pronunciadas pelo Deputado Edilson Alencar.

Anexo ao presente, subsídios que julgo válidos para esclarecimentos.

Confiante na colaboração de Vossa Excelência ao ensino apresento os meus agradecimentos.

THOMAZ IZIDRO DE LIMA  
Prefeito Municipal de Ubitatã"

O Prefeito de Ubitatã forneceu alguns dados dos quais já tínhamos tomado conhecimento, por contacto telefônico mantido com amigos nossos naquela cidade.

O Prefeito atual não está perseguindo o ex-Prefeito, como se noticiou.

O povo de Ubitatã sempre soube escolher seus representantes, e por esse motivo Ubitatã é uma cidade digna do orgulho de seu povo, pela sua pujança, sua beleza e a confiança de seus filhos.

O Prefeito Thomaz Izidro de Lima, já era conhecido de seu povo, pois em 1961 foi eleito Prefeito Municipal e agora retorna à Prefeitura com uma votação que somou a de todos os outros cinco candidatos.

Assumiu a Prefeitura e organizou seu método de trabalho. Encontrou um município em desenvolvimento, claro que não encontrou muito recurso financeiro em caixa porque recebeu a Prefeitura das mãos de um grande administrador que foi o Prefeito Walderi Claudino da Silva e, o bom Prefeito não guarda dinheiro; o dinheiro do povo é para ser aplicado e, se tem crédito deve usá-lo e construir, pois fazendo fica feito e tem que se pagar, mas se não fizer pode deixar de ser feito, então a boa política é fazer.

Claudino tinha um grande número de trabalhadores braçais e pedreiros que estavam na construção da praça de esportes e outras obras, escolares, como salas de aulas e outras dependências.

O novo Prefeito ao assumir manteve os funcionários existentes do quadro municipal e dispensou os temporários contratados há seis meses, uma vez que não mais havia razão de ser, se não pretendia iniciar de imediato outras obras, e como medida de economia dispensou 130 operários, depois de entrar em entendimento com os mesmos, pagando parte das indenizações e partilhando para liquidar, o que pretende fazer até o próximo mês. O Ministério do Trabalho tomou conhecimento.

Os que fazem oposição ao Prefeito se esquecem que a eleição já passou e continuam não fazendo oposição, mas tumultuando, transmitindo informações que não são verdadeiras, colocando até o Deputado Edilson Alencar em dificuldade reclamando desmando que não existem.

O Prefeito atual não está perseguindo nosso amigo e companheiro ex-Prefeito Walderi Claudino da Silva, o que houve, Sr. Presidente, é que havendo dotação orçamentária para construção do Mercado Municipal, o Prefeito adquiriu Cr\$ 12.000,00 entre tijolos e areia, mas surgindo outras obras de mais urgência o Prefeito não pôde iniciar a construção do Mercado Municipal, mandando esse material para carga no Almoarifado e, até pode ter acontecido de aplicação desse material em outra obra que tivesse dotação própria fazendo a simples anotação contábil; não vejo crime nenhum não ter iniciado a construção do Mercado Municipal.

Mas a Câmara Municipal ao receber a prestação de contas, levantou dúvida quanto à compra de material para construção do Mercado, mas o atual Prefeito se encarregará de esclarecer o fato, uma vez que não houve qualquer má fé do ex-Prefeito.

Não é verdade a denúncia, de que o Prefeito está colocando sua família na Prefeitura, está lá o registro dos funcionários para quem queira verificar, o que ele não vai colocar na Prefeitura é seus adversários como certamente queriam os que reclamam, o Prefeito precisa de pessoas identificadas com administração e que queiram o bem do município.

Ubitatã, como sempre, tem havido compreensão entre os Poderes Executivo e Legislativo, não podendo merecer crédito os que procuram confundir a opinião pública, o povo de Ubitatã sabe separar o joio do trigo.

E, desta forma, nós confiamos naquela administração que lá se encontra, num perfeito entendimento entre os Poderes Executivo e Legislativo.

Era este o esclarecimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que trago hoje a esta Casa. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Waldenício Barbalho, inscrito.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Dificilmente um homem público de nossos dias teria homenagens póstumas como as que tem tido o Sr. Carlos Lacerda.

No País inteiro, Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas, entidades de classe, reverenciam a memória do ilustre desaparecido. No Senado da República já foi homenageado, e na Câmara o será amanhã, em sessão especial, em memória do ex-Governador do então Estado da Guanabara. No Rio de Janeiro, sua cidade natal, segunda-feira próxima passada no mesmo dia e hora, duas homenagens: na Câmara de Vereadores, e na Associação Brasileira de Imprensa; na ABI, falaram famosos jornalistas, o seu Presidente, Prudente de Moraes Neto, e Carlos Castello Branco.

Mas como fato inédito, ouviu-se também a voz do homenageado, através de fita que gravou pouco antes de morrer, para depoimento sobre sua vida política.

De Carlos Lacerda, dizer o quê, depois que tantas personalidades marcantes da vida nacional disseram?

Confessamos pelo menos, omissões, ao modesto pronunciamento feito desta tribuna no dia 24 próximo passado.

Lacerda, que tantas pedras encontrou em seu caminho, com a sua coragem indomável, sua extraordinária capacidade de ação, sua visão universal dos problemas humanos, seu poder divino de antecipar-se para destruir os propósitos nefastos dos inimigos do País, foi também o cultivador de rosas nas horas de lazer e solidão na velha e tradicional Petrópolis, e, o brilhante músico dos 7 instrumentos, a exemplo do ex-Ministro Aliomar Baleeiro. Ambos pertenceram à banda de música da União Democrática Nacional, sob a batuta de Milton Campos e o incontestável valor de seus ilustres integrantes, entre eles, Octávio Mangabeira, Adauto Lúcio Cardoso, Pedro Aleixo, Magalhães Pinto, Afonso Arinos, Prado Kelly, Herbert Levy, Bilac Pinto. A famosa banda entoava hinos à liberdade, na grande vitória das forças democráticas contra o nazi-fascismo, e sob a inspiração da eterna vigilância contribuía eficazmente para a redemocratização em 1945.

Quem lutou contra o fascismo, não pode ser fascista.

Aliomar Baleeiro não é um fascista. Pode até ter errado muitas vezes, afinal, "errare humanum est", é a máxima latina milenar, fundamentada em princípio cristão — "quem não tiver pecado, atire a primeira pedra".

Porisso mesmo, prefiro os conselhos dos velhos revolucionários que estão a se despedir da vida, compulsoriamente.

O embaixador Batista Luzardo, aos 86 anos de idade, com admirável sabedoria, afirmou recentemente na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, seu Estado natal; "Porque erramos muitas vezes, negam-nos todos os acertos. Acertos que têm de ser recumidos numa frase: o Brasil de hoje não seria o que é se

não fosse a nossa contribuição”.

“Como estão equivocados os que pretendem que o progresso do Brasil seja obra recente. Tudo foi impulsionado por 1930. Até as falhas de minha geração — pela correção que geraram, impulsionaram este País para frente”, concluiu Luzardo, “o último caudilho”.

O Governo do Estado do Paraná fez questão de manter o agravo, a injúria, ao jurista Aliomar Baleeiro, ao ex-Ministro Aliomar Baleeiro, nomeado pelo Presidente da Revolução de Março de 1964, para o Supremo Tribunal Federal.

Não teria sido indicado pelo General Castello Branco, se fosse fascista.

Mais uma atitude irreverente, e infeliz, do Governo do Paraná, através da Maioria arenista na Assembléia Legislativa.

Tivesse eu a capacidade do eminente homem público e o seu alto saber jurídico, e se me fosse permitido, também sairia por aí a ditar falação em todos os campos deste imenso e querido Brasil, em busca da liberdade e da democracia.

A minha pobreza intelectual e jurídica — permitem apenas — como às crianças, da terra onde nasci, encantadas, vendo, ouvindo e acompanhando a banda udenista, — buscar nos velhos arquivos de seus famosos músicos, críticas ao regime atual, e mostrar quanta verdade foi tocada no passado, numa antevisão de dias que vivemos com indistigável tristeza.

“Adeus às armas”.

Foi o jornalista Carlos Lacerda quem o disse através do “Diário de Notícias” do Rio de Janeiro, publicado no dia 03 de julho de 1966: “Depois de muita reflexão, resolvi suspender os artigos que fui levado a escrever pelo generoso convite da direção deste jornal.

Desfaço, assim, o último laço que me prendia à vida pública, este frágil laço de papel. Não o faço com alegria, nem por comodismo. É ainda pelo mesmo compulsivo sentimento do dever público perante os que esperam a palavra de orientação, que entendo necessário encerrar o que tenho dito, pelo fato de já ter dito o que me pareceu necessário dizer.

Seria mais fácil, se me repetisse nestas advertências de cada dia, atribuir-me participação e responsabilidade, que não desejo, nas mofinas confusões e perigosas aventuras que se armam contra a evolução democrática e o progresso social, cultural e econômico do povo brasileiro.

As advertências estão feitas. Não tenho por que insistir, a ponto de parecer que, ao fazer prognósticos, provooco males que não desejo.

A compartimentação dos problemas de governo, separando a economia da política, a agricultura do trabalho, a educação da saúde, tudo confusamente ligado apenas por um planejamento charlatanesco e inexistente, agravou-se pelo despreparo dos militares para o súbito e até há pouco não desejado exercício do poder político — isto é, da coordenação e síntese que constituem o resumo da arte de governar.

A usurpação do movimento revolucionário de 1964, convertido num golpe sem grandeza, por um grupo despreparado para o exercício do poder e a imensa tarefa de transformar o Brasil, criou para a nação um clima de perplexidade e de ansiedade.

O golpe de 64 livrou, sem dúvida, o país da ameaça iminente da desordem. O simples fato de ter havido a revolução criou condições para o trabalho e a reconstrução. Isto, porém, veio viciado por um pessimismo decorrente da falta de fé nas possibilidades do Brasil. A revolução foi válida, embora incompleta. O governo que dela se apropriou, além de incompleto invalidou-a.

O que os comunistas chamavam de “entreguismo” recebeu o nome técnico e continua a existir, promovido a doutrina oficial de governo. Não só por venalidade, corrupção monetária ou ideológica; também e principalmente pela sincera convicção de que o Brasil está fadado a ser, por muitos anos uma nação

caudatária e complementar; e como tal tem de ser governado por tutores.

A sinceridade dessa opinião torna-a mais terrível, e não menos; mais errada, e não menos.

Nego essa concepção. Sem desconhecer dificuldades e condições adversas, no entanto, e afirmando, como toda pessoa de bom senso, a necessidade do apoio complementar do capital e da técnica vindos de fora, reafirmo que um governo dotado de grandeza, capaz de síntese, decidido a atuar nos setores fundamentais, praticamente, deixando os planos e as superestruturas legislativas para a fase final de seus esforços, em vez de convertê-los no ponto de partida de sua atuação, poderia criar no país, ao mesmo tempo, um clima de entusiasmo, de mobilização, de participação do povo — sem o qual, aliás, nem se constroem democracias nem se salva a moeda. Isto porém não se fez; a julgar pelas fórmulas em curso não se está inclinado a fazer. Que adianta pois, sob o domínio de mentalidade tão retrógrada e de tão sólidos preconceitos, pior do que reacionários, imobilistas — isto é, decididos a defender o indefensável e manter o que deve ser transformado, na mesma competição de ambições pessoais e na incompreensão dos objetivos fundamentais do nosso esforço — insistir em definições que já foram feitas e exigir definições que não se fazem?

A mera conquista do poder como pretexto à satisfação de vaidades e compensação de frustrações se nunca me interessou para mim, ainda menos me interessa para quem quer que seja. O poder de nomear é uma prebenda e não um doce privilégio. Os deveres do trabalho, o temor de errar e a necessidade de decidir são o desafio que o governante tem de enfrentar. Por isto mesmo, a vaidade e a adulação são os seus inimigos mortais.

Perderam-se nas táticas, esqueceram a estratégia. O excesso de habilidade no uso dos meios levou a esquecer os fins a que eram destinados.

Dissolveram-se os partidos e decretou-se a criação de duas legendas caricaturais, que não são partidos e sim fetos de laboratório, feitos no propósito confessado de dar uma satisfação aos americanos; pois, dos brasileiros, privados do direito de votar, não se cogita, ao menos por enquanto. O que preocupa é salvar as aparências para que o americano mande dinheiro e custeie a reputação de seus prepostos no governo do Brasil. O resto, que vá para o inferno — mora!

Com esse ato de hipocrisia política inútil e grotesca, na prática se deixou no país, defrontando-se, criando um insustentável e mortal dilema, dois partidos minoritários, mas militantes, inconfessados mas que existem e funcionam independentemente do Ato Institucional número 02: o partido comunista e o partido que se pode chamar de americano. Tal designação não envolve a nação americana nem o seu povo, mas grupos americanos mancomunados com brasileiros de má fé ou de nenhuma fé.

Para corrigir os excessos do idealismo, recorreu-se ao ceticismo, desprezou-se o realismo e permitiu-se a disputa do Brasil entre os dois grupos que, diretamente, visam a empolgar a direção do continente americano. Esses dois partidos, únicos que têm existência real, hoje, no Brasil, disputam surdamente e incessantemente e ferozmente a herança da decepção popular. O partido comunista, pela revolta. O partido americano, pelo conformismo.

Tal como, no passado, a insuportável, falsa mas imperativa escolha que se dava à mocidade entre fascismo e comunismo, hoje o partido americano que empolgou a revolução de março procura criar, tal como os comunistas, tal como convém aos comunistas, a opção entre os seus rumos e os dos comunistas.

Isso convém aos comunistas — insisto — porque eles sabem que um dia é do americano e outro é do comunista. Liderar o mundo a poder de golpes e à custada decepção seguida de hostilidade de povos até então amigos é uma forma negativa de lide-



rança.

É essa, hoje, a atividade da CIA americana e da "Sorbonne" brasileira.

Recuso-me a essa opção que além de desonrosa é infecunda. O que tenho feito — e talvez a minha revolta decorra da experiência longamente acumulada — é precisamente esforçar-me por indicar ao país outro rumo que visa a chegar à democracia e a uma forma afirmativa e construtiva de afirmação nacional, sem delírio nacionalista nem subserviência conformista; de colaboração internacional, sem submissão a interesses estranhos aos do Brasil; de luta contra a inflação, sem estagnação do desenvolvimento, pois tal estagnação leva, necessariamente, ao recrudescimento da inflação tomada como providência desesperada; de defesa da moeda tomada como um símbolo de trabalho e não como substituto dele. Pois nesse sentido, ainda uma vez afirmo, não adianta defender a moeda se não se aumentar a produção e não estimular o consumo.

A moeda é um mero instrumento de troca e para defendê-la é preciso ter o que trocar com ela. A moeda não é um bezerro de ouro.

Fora do Socialismo que suprime a liberdade de iniciativa, só há um meio de criar bem-estar para o povo e estimular a liberdade de iniciativa: é estimular os hábitos de consumo, é fazer a revolução do consumidor.

A guerra ao consumo, a restrição brutal..."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sr. Deputado Waldenício Barbalho; a Mesa sente-se no dever de consultar à Liderança do MDB, se lhe confere o direito de falar nos 15 minutos que ainda restam.

O SR. TRAJANO BASTOS — O Deputado Waldenício Barbalho dispõe do tempo reservado à Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lhe devolve a palavra e pede escusas por haver interrompido.

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Agradeço a V. Exa. e à Liderança do MDB.

O SR. MUGGIATI FILHO — Deputado Waldenício Barbalho. Ao final, conceda-me V. Exa. um aparte?

O SR. WALDENÍCIO BARBALHO — Termina já, nobre Deputado, quando então lhe concederei o aparte.

"A guerra ao consumo, a restrição brutal indiscriminada do crédito, a política que antes procura reduzir a produção do que correr o risco de vê-la expandir-se à custa de algumas emissões de papel-moeda, tudo isso é decorrência de uma concepção que, errada na origem, tomou de surpresa a nação; pois quando o Exército deu o golpe de 64 nunca disse a ninguém, nem ele próprio sabia, que era para entregá-la aos apóstolos da recolonização econômica do Brasil.

As injúrias e as traições de que tenho sido alvo doem menos do que as incompreensões e os desentendimentos, nascidos talvez da minha incapacidade de explicar o que penso e o que sinto, mas facilitados pelos que respiraram ao ver o Exército barrar provisoriamente o caminho ao comunismo e se entregarem ao imobilismo social e ao entreguismo econômico, esquecidos de que a virtual ditadura militar e reacionária, fortemente vinculada a interesses de grupos que defendem com suspeito ardor, é a véspera de inevitável e pendular reação que levará o Brasil de uma ditadura a outra, do partido americano ao partido comunista — perdendo, na passagem de mão para mão, de domínio para domínio, a confiança em si mesmo e a noção do que seja democracia.

Julgo haver demonstrado, na Oposição, que não fiz por despeito ou incapacidade de realizar no governo o que recomendo aos outros. Pois, quando me foi dada oportunidade de governar, aborreceu-me a Providência com uma capacidade de aliciamento e uma audácia na decisão que me permitiram mobilizar técnicos e homens de espírito público, muito superiores a mim, e comandá-los, realizando a função do governante, que é a de

promover a síntese das soluções que lhe propõem, e ter a coragem de adotá-las, revendo-as sempre, cotejando-as, sempre com seus resultados, pronto a abandoná-las ou confirmá-las sem se deixar escravizar pelo amor próprio, que é o oposto do amor ao próximo.

Ninguém dirá que silencieei antes do tempo. Ninguém ousará dizer que me deixei vencer pela traição ou pelo medo. Mas pouco importa o que digam. Pois o que tinha a dizer, até este momento, disse. Agora, não depende de mim, se é que alguma vez de certo modo dependeu, quando venceu o movimento militar de 64, meu destino político já estava condenado pelo grupo que tomou o poder. Fui sacrificado desde o dia em que o partido americano verificou que a minha identificação com as idéias democráticas, razoavelmente representadas pelo povo americano, não me levava a submeter o meu país aos interesses de alguns grupos lá e cá mancomunados. Esses grupos hoje tratam de domesticar o futuro presidente, seja qual for, como condição para que ele chegue à Presidência. E se não o domesticarem, o sacrifício.

Este é o fundo da questão. O resto são encenações políticas, contribuições personalíssimas, prós-e-contras num choque de suscetibilidades, vaidades e ambições. Mas o fundo da questão, repito, é este. Procura-se aprisionar os brasileiros no dilema: ou a ordem americana — isto é, o interesse de alguns grupos abusando do nome da nação americana, da civilização cristã e ocidental — ou a ordem comunista — isto é, o abuso da revolta do povo, da decepção do povo e da esperança do povo, utilizadas no sentido que convém à Rússia ou à China.

De alguma forma, algum dia, próximo ou remoto, há de ser superado esse falso dilema. Resta-me pedir a Deus que para superá-lo não tenhamos de passar pelas mesmas vicissitudes por que já passamos e que, agora, se espelham no drama da Argentina, vítima do choque entre o imobilismo social e o historicismo social. Vítima da política do Fundo Monetário Internacional que, sofrendo as aspirações do povo argentino, fê-lo aprofundar suas raízes no estrume do Peronismo. O dia seguinte dessa euforia em que se comprazem os imobilistas, no Brasil, os que julgam que a revolução foi feita para garantir certos grupos, o dia seguinte da ditadura reacionária e balbuciante, pode ser e será outra ditadura.

A demagogia da reação é sempre seguida pela demagogia da — esta sim, revolução; isto é, da subversão e destruição de valores permanentes pela incapacidade dos seus defensores, pela incompreensão dos seus próprios adeptos.

Digo, assim, adeus às armas. Continuarei como cidadão, como milhões de outros brasileiros, o meu combate desarmado".

Com esse artigo publicado no passado, que resplandece nas trevas do presente, outro objetivo não tivemos senão homenagear ilustres figuras da famosa banda udenista, entre elas o eminente jurista Aliomar Baleeiro, injuriado no meu Estado do Paraná, para afinal, parodiando o saudoso autor de "Adeus às Armas", proclamar, com profunda melancolia, "Adeus às Ilusões".

O Sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, Deputado Waldenício Barbalho, gostaria de registrar que a presença de V. Exa. na tribuna, sempre brinda esta Casa com temas políticos de alta envergadura, como acontece nesta oportunidade.

A propósito de Aliomar Baleeiro, sem procurar isolá-lo do discurso de V. Exa., está claro, mas em função principalmente do episódio que vivemos há poucos dias, quando se ligou aqui, como bem disse V. Exa., o nome deste ilustre brasileiro vivo ao fascismo, como já tivemos oportunidade de dizer palidamente desta tribuna, entendemos que se trata de uma das mais vigorosas expressões democráticas que nosso País já teve.

Não pode ser, realmente, alvo de uma insinuação deste

tipo, um homem que já prestou grandes serviços à Nação.

Aproveitando a oportunidade que V. Exa. me concede, permita-me que adite alguns dados a este aparte, sobre esta figura realmente digna do apreço de todos os seus patrícios.

Nasceu Aliomar Baleeiro, na Bahia, em 1905. Na Universidade da Bahia, onde se formou, tornou-se depois Professor Catedrático. Como calouro de Direito, iniciou-se no jornalismo, que exerceu de repórter e articulista até Diretor de jornal.

Praticou a advocacia desde 1927, tendo servido no Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, tanto local como federal.

Desempenhou o mandato parlamentar na Constituinte Estadual da Bahia, em 1935.

Na Assembléia da Bahia, de 1935 a 1937.

Na Constituinte Nacional e na Câmara dos Deputados 1946-1958, 1963-1965.

Na Constituinte e Assembléia da Guanabara, 1960-1962.

Ocupou a Secretaria da Fazenda da Bahia, em 1959.

Delegado do Brasil à UNESCO, Florença, 1954.

Ministro, em 1965.

Vice-Presidente em 1969 e Presidente 1971-1972, do Supremo Tribunal Federal.

Titular da cátedra de Finanças da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, mediante concurso, em 1951.

Professor emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade de Brasília.

Além de centenas de artigos, pareceres, conferências, publicou treze livros, dos quais foram traduzidos alguns para o italiano, o francês e o espanhol.

Este homem veio a Londrina para falar sobre democracia aos estudantes e ao povo de Londrina.

Porisso tive a honra de ressaltar sua personalidades, como a de um dos grandes brasileiros vivos. Pode não ser o maior jurista vivo, pode não ser um jurista do porte de Pontes de Miranda, cuja obra jurídica é talvez uma das maiores do mundo, mas tem esta grande qualidade que V. Exa. ressaltou nele e em Carlos Lacerda. São homens que vivem, que defendem e que morrem pela causa pública.

**O SR. WALDENÍCIO BARBALHO** — Não tenha dúvida, nobre Deputado, que o aparte de V. Exa. vem se integrar ao nosso modesto pronunciamento e confirmar a infelicidade de S. Exa. o Governador do Estado, quando impediu que o jurista Aliomar Baleeiro em Londrina falasse aos estudantes.

E mais ainda, os dados biográficos trazidos por V. Exa. para ilustrar nosso pronunciamento, devem, naturalmente, alertar a ilustrada bancada da Aliança Renovadora Nacional, que uma injustiça foi cometida contra o democrata, contra o jurista, contra o homem que tem, como teve Lacerda, o poder divino não de antecipar-se aos fatos para denunciá-los e defender o Brasil, não tanto quanto ele, mas o poder divino de transmitir ensinamentos à mocidade brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni).** — A Presidência lamenta informar que está esgotado o tempo regimental concedido a V. Exa. Concede-lhe, no entanto, mais um minuto para concluir.

**O SR. WALDENÍCIO BARBALHO** — Já havia concluído, Sr. Presidente.

Só me resta, agora, agradecer a V. Exa. e aos nobres Deputados a atenção dispensada. — **(Com revisão do orador).**

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni).** — No horário reservado à ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer.

**O SR. WERNER WANDERER** — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo):

**"CURITIBA GASTA 600 MILHÕES EM SEU SISTEMA DE ESGOTOS".**

Normalmente, o Deputado vem à tribuna para falar em

estradas, escolas, mas hoje vamos falar em saúde pública.

O Sr. Governador Jayme Canet Júnior preocupado com as deficiências que existem no setor de saúde pública, em Curitiba, autorizou que a SANEPAR firmasse o maior contrato nesse setor.

"O Secretário do Interior, Noel Lobo Guimarães, presidiu, hoje, a assinatura do contrato com a firma CESBE para a construção da estação de tratamento de esgoto de Curitiba, que vai custar 121 milhões de cruzeiros e ficará pronta dentro de aproximadamente 18 meses.

A estação de tratamento é parte de um conjunto de obras que inclui a execução do emissário do Juvevê, a ampliação do emissário do Rio Belém em mais de 8 km e o aumento da rede de coleta de esgotos, que tem hoje 460 km e vai ganhar 635 km, aumentando para 1095 km.

Dia 30, o Governador Jayme Canet Júnior assinará contrato de financiamento com o Banco Nacional de Habitação (PLANASA) para garantir a execução de todas as obras previstas cujo custo total é superior a 600 milhões de cruzeiros.

#### LONGA HISTÓRIA

A luta dos curitibanos para implantar sua rede de esgotos não é recente. As primeiras providências foram tomadas com o início do século, quando foi instalada uma pequena malha coletora no centro da cidade e construído um sistema de leitos percoladores na Rua Engenheiro Rebouças, no local onde hoje fica a sede da SANEPAR. O sistema funcionou entre 1908 e 1938, quando foi desativado por causa das reclamações de moradores da zona sul, vítimas do mau cheiro que emanava da lama retida durante a percolação. O lançamento dos detritos era feito no Rio Belém, próximo ao atual campo do Colorado, com séria ameaça para a saúde pública.

Em 1936, o interventor Manoel Ribas mandou fazer um emissário para levar os esgotos até o Rio Belém no ponto em que é cruzado pela BR-116. Vinte anos depois foi concluído o atual emissário central, com 80 cm de diâmetro.

Nesse período, a rede urbana foi lentamente se expandindo até o ponto atual. Hoje, 31 por cento dos curitibanos têm esgoto em casa. Com o projeto que agora vai começar a ser implantado — e considerando o crescimento que a cidade terá nos próximos dois anos — Curitiba vai possuir esgoto em 56 por cento das casas no fim de 1979, tornando-se uma das três cidades brasileiras mais bem servidas sob este aspecto.

Para a construção da estação de tratamento de esgotos do Rio Belém há estudos que datam de 1972. O projeto inicial foi alterado para abrigar as principais inovações desta década, em matéria de tratamento de esgotos, que transferiram a sede da tecnologia dos Estados Unidos para a Europa, principalmente Holanda e Alemanha. O projeto em execução é da firma Dwers, Heerik en Vernhay, B.V., de Amsterdã.

Os engenheiros Pedro Nelson Costa Franco e Celso Savellie Gomes, da Gerência de Obras de Esgotos da SANEPAR, viajaram à Alemanha e Holanda para estudar o novo processo. O engenheiro Savellie Gomes chegou a construir um modelo em escala em sua própria cozinha, com auxílio de uma batedeira temporariamente "desativada". E os dois orgulham-se de serem os autores de várias modificações que contribuíram para melhorar o projeto original e adaptar o "know-how" holandês às características de Curitiba.

"A SANEPAR não tem como objetivo a pesquisa — diz Cláudio Araújo, seu Diretor-Presidente — mas temos participado positivamente de vários trabalhos nesta área como forma de aceleração e formação de um "know how" brasileiro sobre abastecimento de água e sistema de esgotos".

A SANEPAR optou pelo sistema de aeração prolongada com tecnologia modificada. Ele é uma evolução do sistema de valos de oxidação desenvolvido a partir de 1950, que apresentava vantagens em termos de operação e baixo custo, com a desvantagem de elevada energia consumida para a oxidação total. O

teve um desenvolvimento na Holanda, a partir de 1968, ganhando a denominação de "geração prolongada com tecnologia modificada". Está em uso em mais de 80 cidades européias e apresenta — segundo os técnicos da Sanepar — as seguintes vantagens:

1. Menores custos anuais globais
2. Menor investimento total
3. Menor investimento inicial
4. Melhor eficiência de tratamento
5. Maior simplicidade de operação
6. Maior absorção de cargas de choque
7. Excelente flexibilidade operacional
8. Possibilidade de ampliações modulares, isto é, de crescer à medida em que cresce a cidade.
9. Maior índice de nacionalização de equipamentos, em custo e quantidade.

Assim, a decisão agora posta em prática resultou de um longo estudo que levou em conta o confronto técnico entre as várias alternativas e a comparação de custos entre elas. E significa a solução quase total do problema de esgotos na capital paranaense, uma vez que atinge a área de maior densidade demográfica e o emissário chega a um ponto suficientemente distante da área urbana. O emissário terá 5 metros de profundidade e 2,2 metros de diâmetro em seu segmento final, com oito quilômetros de extensão.

A rede coletora, segundo o programa, atenderá a maior parte da cidade. As bacias e sub-bacias do Bacacheri, com 150 mil metros, do Juvevê (120 mil metros), do Belém Norte (110 mil metros), do Belém Sul (185 mil metros) e do Barigui (70 mil metros).

Interligando essas bacias, serão construídos 12,7 mil metros de coletores tronco e 7,8 mil metros de interceptores.

Ficam de fora apenas as bacias do Barigui e do Padilha e a Cidade Industrial, que terão sistema de esgoto próprios. O crescimento da malha coletora não chegará a alcançar 50 por cento da capacidade dos emissários, mesmo em períodos de grande carga (horas de refeições).

Outra cautela tem sido a de exigir das indústrias que se instalam em Curitiba e a aquisição de equipamentos para o pré-tratamento dos esgotos. Graças a isso, elas podem recuperar boa parte da matéria prima e dos insumos. É o caso das fábricas de papel. O modelo é a Klabin, que vai inaugurar em 78 um sistema de recuperação equivalente ao sistema de esgotos de uma cidade de 2,5 milhões de habitantes. Com isso recuperará boa parte da soda cáustica e das fibras normalmente perdidas.

Sr. Presidente, era este o registro que nós queríamos fazer nesta tarde, e também dizer que o Governo está fazendo um trabalho que não vai aparecer, junto à opinião pública; vai abrir inclusive todas as ruas, o que trará a reclamação de muitos, obras estas que muitos irão reclamar. Mas é uma obra definitiva e por isto nós queremos nos parabenizar com a Secretaria do Interior e com a SANEPAR e, principalmente, com o Governador Jayme Canet Junior, que está fazendo uma grande administração para todos os paranaenses.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente. Necessita de apoio. — APOIADO. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 34/77, oriundo da Mensagem no. 63/77, do Poder Executivo, que cria no Quadro

Próprio do Magistério, instituído pela Lei Complementar no. 7, de 22/12/76, os cargos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., COM EMENDA, e da C.I.P., por maioria, e FAVORÁVEIS da C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Em regime de urgência. — COM EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO. Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem) Sr. Presidente, data vênio do anúncio de V. Exa. quanto ao número volumoso de comparecimentos, parece-me que, após uma passagem panorâmica de vistas pelo plenário, o resultado que constatamos não coincide com o anunciado.

Lembraria a V. Exa., o parágrafo 1o. do art. 84, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência atende o pedido do eminente Deputado Enéas Faria, e solicita que o Sr. 1o. Secretário faça a chamada nominal dos Srs. Deputados presentes no plenário.

— (Faz soar os tímpanos).

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.)

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Aham-se presentes 38 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão e conseqüente deliberação.

Continua em discussão o Projeto de Lei no. 34/77, e as emendas apostas. Encerrada a discussão.

Em votação a emenda no. 1. (Lê a emenda) Aprovada.

Em votação a emenda de Plenário. (Lê a emenda) Aprovada.

Em votação a emenda de Plenário no. 2: (Lê a emenda) Aprovada.

Em votação o projeto. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão. — APROVADO.

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 05/77, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a Obra de Assistência Social Nossa Senhora do Rosário, com sede na cidade de FLORESTA, município do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 06/77, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores da Escola Santo Antônio, com sede em UBIRATÁ. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 11/77, de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que declara de utilidade pública a "Creche Lar Feliz", com sede na cidade de PONTA GROSSA. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 19/77, de autoria do Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública a Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá, neste Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 20/77, de autoria do Deputado JORGE SATO, que declara de utilidade pública o Recanto da Juventude "Branca Fernandes", com sede e foro na cidade de Maringá, neste Estado. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 29/77, de autoria do Deputado DÁCIO LEONEL, que declara de utilidade pública o Centro Espírita "Deus, Cristo e Caridade", com sede na cidade

de Primeiro de Maio, neste Estado. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 35/77, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA, que denomina "Professor Almir Nelson de Almeida", o Ginásio de Desportos Tarumã, desta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 37/77, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a "Aliança Cristã e Missionária", com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 41/77, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que autoriza o Poder Executivo a denominar "Ponte Leônicio Gomes Primo", a ponte sobre o rio Cantú, na estrada que liga os Municípios de Palmital e Roncador. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 42/77, de autoria dos Deputados JURANDIR MESSIAS e MAURÍCIO FRUET, que denomina "Ivan Ferreira do Amaral e Silva", a rodovia que liga os Municípios de Guarapuava a Pitanga. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 44/77, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a Associação Social Nossa Senhora da Aparecida de Turvo, com sede e foro no Município de Guarapuava, Paraná, Distrito de Turvo. Parecer Favorável da C.C.J., com Substitutivo Geral, por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 48/77, de autoria do Deputado AUGUSTO CARNEIRO, que dá nova redação ao art. 1.º da Lei no. 6015, de 30 de setembro de 1969. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 50/77, de autoria do Deputado DEL CIEL, que declara de utilidade pública o Departamento de Assistência Social "Caritas", com sede nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 03/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 119/77, aprova os termos aditivo a convênio e termo de convênio celebrado, respectivamente, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de ARAUCÁRIA, objetivando dar assistência técnica e financeira ao ensino de 1.º grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 10/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 159/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de TOLEDO, objetivando articulação entre o Governo Federal Estadual e Município, na assistência técnica e financeira, visando a melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau. Parecer Favorável da C.C.J., por maioria e Favoráveis da C.F. e C.I.P., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 21/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 126/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o Município de

CAMPO MOURÃO, objetivando assistência técnica e financeira visando a melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 25/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 130/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de CORNÉLIO PROCÓPIO, objetivando assistência técnica e financeira, visando a melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 32/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 147/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de MARINGÁ, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 33/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 148/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de NOVA ESPERANÇA, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 52/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 197/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de MEDIANEIRA, destinado à implementação do Projeto Logos II - Habilitação de professores não titulados, conforme específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 54/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 50/77, ex-Proposição 202/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura com o Município de MORRETES, destinado à implementação do Projeto Logos II - Habilitação de professores não titulados, conforme específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 56/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 204/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de MATELÂNDIA, destinado à implementação do Projeto Logos II - habilitação de professores não titulados em exercício nas quatro 1.ªs séries do Magistério de 1.º grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 61/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 48/77, ex-Proposição no. 232/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura com o Município de CASCAVEL, objetivando transferência de recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 82/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 48/77, ex-Proposição no. 233/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de SANTA IZABEL DO IVAÍ, objetivando transferência de recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 85/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 48/77, ex-Proposição no. 231/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ, objetivando transferência de recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 115/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 153/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de PONTA GROSSA, objetivando melhoria no ensino de 1.o grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - Em regime de urgência. APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 118/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 160/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de TOLEDO, objetivando melhoria no ensino de 1.o grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 124/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 199/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura com o Município de PALOTINA, objetivando a implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério das quatro 1.as séries do 1.o grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 125/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 211/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de ASSIS CHATEAUBRIAND, objetivando a implementação do Projeto Logos II - habilitação de professores não titulados em exercício no Magistério das quatro 1.as séries do 1.o grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 126/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 212/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura com o Município de ROLÂNDIA, objetivando a implementação do Projeto Logos II - habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério das quatro 1.as séries do 1.o grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 127/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 215/77,

aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura com o Município de MATINHOS, objetivando a implementação do Projeto Logos II - habilitação de professores não titulados em exercício no Magistério das quatro 1.as séries do 1.o grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. Em regime de urgência. - APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 128/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 218/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de GUARATUBA, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II - habilitação de professores não titulados, em exercício do Magistério das quatro 1.as séries do 1.o grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 129/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 50/77, ex-Proposição no. 219/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura com o Município de CALIFÓRNIA, objetivando a implementação do Projeto Logos II - habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério das quatro 1.as séries do 1.o grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. Em regime de urgência. - APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 131/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 40/77, ex-Proposição no. 295/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, através da CENESP, objetivando assistência técnica e financeira na realização de cursos de aperfeiçoamento e especialização conforme específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 132/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 44/77, ex-Proposição no. 298/77, aprova o convênio celebrado com a interveniência do Governo do Estado do Paraná, entre o Ministério de Educação e Cultura e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari, objetivando concessão de Bolsas de Estudos a alunos carentes de recursos financeiros. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 133/77, Mensagem no. 41/77, ex-Proposição no. 301/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e cultura, Fundação Nacional de Arte - FUNARTE, objetivando realização do I Curso de Animador Cultural- Formação de Monitores. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 172/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 118/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de ARAUCÁRIA, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira à rede municipal de ensino de 1.o grau. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 230/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 230/77, ex-Proposição número

397/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PITANGA, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino na sede daquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 231/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 68/77, ex-Proposição 401/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MEDIANEIRA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Manoel Mandrone, na sede daquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Em regime de urgência. — APROVADO.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 232/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 68/77, ex-Proposição no. 406/77 aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de GUAIRACÁ, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Unidade local. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Em regime de urgência. — APROVADO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 04/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 11/77, ex-Proposição no. 172/77, aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PORTO RICO, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 05/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 20/77, ex-Proposição no. 181/77, aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de BELA VISTA DO PARAISO, objetivando execução de obras de controle à erosão urbana. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. por unanimidade. - Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 06/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 53/77, ex-Proposição no. 254/77 aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Administração com o Município de SÃO JORGE DO OESTE, objetivando execução de reparos em próprio estadual onde funciona o Grupo Escolar São Jorge, na sede do referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. - Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 15/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 53/77, ex-Proposição no. 259/77, aprova os termos do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PALMITAL, objetivando execução de reparos em próprios estaduais que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Em regime de urgência. Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 23/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 128/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de CASTRO, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de 1.o grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. - Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 27/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 133/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de FRANCISCO BELTRÃO, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de 1.o grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 28/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 135/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de GUAÍRA, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de 1.o grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 29/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 136/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de GUARAPUAVA, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de 1.o grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 37/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 48/77, ex-Proposição no. 222/77, aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de CURITIBA, objetivando transferir recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 68/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 51/77, ex-Proposição no. 243/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de PONTA GROSSA, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam estabelecimentos de ensino que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 69/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 51/77, ex-Proposição no. 249/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de GUAÍRA, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Presidente Castelo Branco. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 80/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 40/77, ex-Proposição no. 297/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura por intermédio do CENESP, objetivando assistência técnica e financeira na realização do curso de atualização para professores de classe comum. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 83/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 48/77, ex-Proposição no. 226/77, aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura com o



Município de ALTONIA, objetivando transferência de recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 84/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 48/77, ex-Proposição no. 228/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de NOVA LONDRINA, objetivando transferência de recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 86/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 51/77, ex-Proposição no. 240/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ITAPEJARA D'OESTE, objetivando execução de reparos em próprios estaduais. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 87/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 51/77, ex-Proposição no. 242/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CHOPINZINHO, objetivando execução de reparos em prédio de estabelecimentos de ensino que especifica. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 88/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 51/77, ex-Proposição no. 244/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de PAISSANDU, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Prudente de Moraes. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 89/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 51/77, ex-Proposição no. 245/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ASTORGA, objetivando execução de reparos onde funciona a Agência de Rendas daquele município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 90/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 51/77, ex-Proposição no. 246/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de JAGUARIAÍVA, objetivando execução de reparos em próprios naquela comuna. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 91/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 51/77, ex-Proposição no. 247/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PARAISO DO NORTE, objetivando reparos no prédio onde funciona a Escola de Aplicação daquela comuna. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência tem o dever, e o faz profundamente consternada, de anunciar o falecimento da prezada Senhora Dácia Figueiredo Fortes, genitora do Sr. Deputado Wilson Fortes. O passamento deu-se nesta tarde, na cidade de Paranavaí.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 92/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 51/77, ex-Proposição no. 248/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de MEDIANEIRA, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar ARTHUR DA COSTA E SILVA. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 93/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 51/77, ex-Proposição no. 251/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de IBAITI, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Monteiro Lobato, na sede daquela comuna. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 94/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 53/77, ex-Proposição no. 255/77, aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o Município de PONTA GROSSA, objetivando execução de reparos em próprios estaduais. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 95/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 53/77, ex-Proposição no. 258/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de PALMITAL, objetivando execução de reparos em próprios estaduais. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 96/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 53/77, ex-Proposição no. 268/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de JOAQUIM TÁVORA, objetivando execução de reparos em próprios estaduais. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 97/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 27/77, ex-Proposição no. 271/77, aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de RIO BOM, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 116/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 154/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de RIO NEGRO, objetivando

melhoria no ensino de 1.o grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 117/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 156/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS objetivando melhoria no ensino de 1.o grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 99/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 45/77, ex-Proposição no. 201/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, objetivando execução de programa visando suprir as necessidades dos evadidos da escola ou desprovidos de escolarização adequada. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 100/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 60/77, ex-Proposição no. 283/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PIRAÍ DO SUL, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Agência de Rendas daquele município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 101/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 60/77, ex-Proposição no. 284/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de BANDEIRANTES, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Agência de Rendas, daquele município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 102/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 60/77, ex-Proposição no. 285/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de ADRIANÓPOLIS, objetivando execução de reparos em prédios que especifica, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 103/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 60/77, ex-Proposição no. 286/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de PIRAÍ DO SUL, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Unidade Sanitária. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., em regime de urgência, por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 104/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 60/77, ex-Proposição no. 287/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de MARILENA, objetivando execução de reparos em prédios estaduais naquela comuna. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 105/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 60/77, ex-Proposição no. 290/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CRUZEIRO DO SUL, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual "Emilie Durkhein", no referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 106/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 60/77, ex-Proposição no. 292/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de CONGOINHAS, objetivando reparos em próprios estaduais na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 107/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 60/77, ex-Proposição no. 293/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de FLORAÍ, objetivando reparos no prédio onde funcionam a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 112/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 140/77 aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de IRATI, objetivando melhoria no ensino de 1.o grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 113/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 144/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura com o Município da LAPA, objetivando melhoria no ensino de 1.o grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 114/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 56/77, ex-Proposição no. 150/77, aprova convênio celebrado em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretariade Educação e Cultura e o Município de PARANAVAÍ, objetivando melhoria no ensino de 1.o grau. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 119/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 23/77, ex-Proposição no. 184/77, aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PARANAVAÍ, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Em regime de urgência. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução no. 120/77, de autoria da C.C.J., Mensagem no. 30/77, ex-Proposição no. 188/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de NOVA OLÍMPIA, objetivando

execução de obras de controle da erosão urbana no referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 121/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 31/77, ex-Proposição número 189/77, aprova os termos de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Maria Helena, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 122/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 46/77, ex-Proposição número 192/77, aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro, objetivando promover a Difusão Cultural em vários municípios do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 123/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 47/77, ex-Proposição número 193/77, aprova os termos de convênio e respectivo termo aditivo celebrados entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento de Educação Física e Desportos e o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com objetivos que especifica. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 130/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 220/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Céu Azul, objetivando a implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério das quatro primeiras séries do primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 134/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 307/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Almirante Tamandaré, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam a Unidade Sanitária e Posto de Puericultura, na sede daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 135/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 309/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Atalaia, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Duque de Caxias", na sede daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 136/77, de

autoria da Comissão de Constituição e Justiça, mensagem número 62/77, ex-Proposição número 310/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o município de Bandeirantes, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam Unidades Escolares, na sede daquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 137/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 311/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Bandeirantes, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Nóbrega da Cunha", naquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 138/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 312/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o município de Bela Vista do Paraíso, objetivando execução de reparos onde funcionam estabelecimentos de ensino localizados na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 139/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 313/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Bocaiúva, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 140/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 315/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Califórnia, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 141/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 318/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o município de Campo Tenente, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 142/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 322/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Corbélia, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 143/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 324/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Faxinal, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Ouvidor Pardini, naquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 144/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 327/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Guaraniaçu, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, naquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 145/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 331/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Iretama, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais naquele município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 173/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 141/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o município de Ivaiporã, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira à rede municipal de ensino. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 174/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 151/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Pato Branco, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira à rede municipal de ensino. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 175/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 151/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de São Mateus do Sul, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira à rede municipal de ensino. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 176/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 200/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, atra-

vés da Secretaria da Educação e Cultura, e o município de Toledo, objetivando a implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 177/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 207/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando a implementação do Programa Logos II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 178/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 216/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Marilândia do Sul, objetivando a implementação do Programa Logos II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 179/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 01/77, ex-Proposição número 269/77, aprova termo de ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Astorga, objetivando a execução de obras de controle à erosão, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 180/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 35/77, ex-Proposição número 274/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento e da Presidência da República, com interveniência das entidades que especifica, objetivando regular aplicação de recursos ao Programa Paranaense de Treinamento de Executivos. — Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 182/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 308/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Andirá, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 183/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 316/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Cambará, objetivando a execução no prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regi-

me de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 184/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 319/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Carlópolis, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Fernão Dias. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 185/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 320/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Castro, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Hospital Bom Jesus, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 186/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 25/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Floresta, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino e a Unidade Sanitária, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 187/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 328/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Ibiporã, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam a Unidade Pio e o Colégio Estadual Olavo Bilac, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 188/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 329/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Ipiranga, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam as Unidades Sanitária e o Grupo Escolar Dr. Claudino dos Santos, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 189/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 330/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Iporã, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual de Oroité. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 190/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 332/77, aprova o convênio

celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Itambé, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Olavo Bilac. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 191/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 344/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Mariópolis, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam a Escola Bairro Água Azul e Posto de Saúde, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 192/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 345/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Marmeleiro, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar D. Pedro I, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 193/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 348/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Morretes, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 194/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 349/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Nova Cantu, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Rui Barbosa e Escolinha do MEC., na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 195/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 350/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Palotina, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 196/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 353/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Paranaguá, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Helena Viana Sadin, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade.

dade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 197/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 357/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Piraí do Sul, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 198/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 360/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Rebouças, objetivando execução de reparos em próprios estaduais, como específica, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 199/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 364/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Santa Amélia, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Antônio Lourenço da Luz. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 202/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 62/77, ex-Proposição número 373/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o município de Tamboará, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Ginásio Estadual e a Unidade Sanitária, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 204/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 117/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Arapongas, objetivando assistência técnica e financeira ao município, visando melhoria do ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 206/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 152/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Ponta Grossa, objetivando assistência técnica e financeira para melhoria do ensino de primeiro grau no referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 212/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 201/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da

Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Paranaguá, visando a implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, em exercício nas quatro primeiras séries do primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 213/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 50/77, ex-Proposição número 206/77, aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Sabáudia, visando implementação do Projeto Logos II — habilitação de professores não titulados, em exercício do Magistério nas quatro primeiras séries do primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 216/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 48/77, ex-Proposição número 230/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, e o município de Pérola, objetivando transferência de recursos conforme específica, para aplicação na área da Educação Física e Desportos no referido município. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 220/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 41/77, ex-Proposição número 300/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da FUNARTE, objetivando a realização do IX Festival de Música de Curitiba e do IX Curso Internacional de Música do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 57/77, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que dá nova redação ao artigo 4º da Lei número 54, de 22 de novembro de 1963. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CRH., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando regime de urgência para diversos projetos de resolução. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final de diversos projetos de lei e de resolução. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que determine seja realizado o revestimento em asfalto de baixo custo na estrada velha que liga Curitiba a Bocaiúva do Sul, no trecho do Atuba, logo após a divisa de Curitiba a Colombo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em apelo, no sentido de que seja instalada na cidade de Francisco Beltrão a Circunscrição de Trânsito que atenderá vasta área da região sudoeste. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do INPS, no sentido de que seja provi-



denciada a assistência médico-hospitalar aos associados do referido órgão, na cidade de Teixeira Soares. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dômício Scaramella, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo estudos visando a possibilidade da ligação no trevo da BR-153 e PR-466, ligação esta para acesso à cidade de General Carneiro. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, lido da tribuna, solicitando seja oficiado à Diretoria do Instituto de Previdência do Estado, encarecendo providências no sentido de que sejam credenciados médicos e hospitais em Medianeira. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio, lido da tribuna, solicitando o envio de mensagem aos Srs. Ministros da Fazenda, do Planejamento e da Indústria e Comércio, encarecendo a urgente necessidade de impedir a utilização bancária do sistema "de saldo médio", que é a aplicação de juros e taxas disfarçados sobre empréstimos. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente, ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em apelo oficial desta Casa, no sentido de que determine à Secretaria dos Recursos Humanos a elaboração da mensagem institutiva da contagem recíproca de tempo de serviço, empenhando-se em cumprir com celeridade sua obrigação de manter os alegados entendimentos com o INPS. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. MAURÍCIO FRUET — (Para encaminhar a votação). Sr.

Presidente, é com alegria que verificamos a oportunidade do requerimento formulado pelo eminente Deputado Erondy Silvério.

Temos a certeza que a douta bancada da ARENA não negará apoio a esse requerimento que conta já com um substitutivo que será apresentado pelo nobre Deputado Muggiati Filho, dentro de alguns dias.

Meus cumprimentos ao eminente Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — APROVADO por unanimidade das duas bancadas.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício

Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Cichon, ocorrido em Araucária. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, encarecendo providências para o pagamento das gratificações semestrais aos servidores do referido órgão. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando voto de solidariedade à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que foi compelida a cancelar a sua 29ª Reunião Anual, a realizar-se na segunda semana de julho na cidade de Fortaleza, em virtude do corte de verbas oficiais e de evidentes pressões governamentais. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resoluções números 4, 5, 6, 15, 23, 27, 28, 29, 37, 60, 69, 80, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 112, 113, 114, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 130, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 202, 204, 206, 212, 213, 216 e 220/77.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 57/77.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 79/76 e 54/77; marcando ainda, uma sessão ordinária, para sexta-feira, dia 24, às 10,00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 33/77 e dos Projetos de Resolução números 18, 20, 22, 24, 26, 30, 31, 34, 35, 48, 51, 53, 55, 57, 58, 60, 62, 70, 72, 76, 77, 78 e 81/77.

Levanta-se a sessão.